

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0028141



F
341.13
P949

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ARNALDO PRIETO
Deputado Federal

UMA NOVA ETAPA NA VIDA DA ONU

Relatório sobre a 26ª Assembléia-Geral da ONU,
apresentado na Sessão de 26 de abril de 1972

IMPRESSÃO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1972

F 328.32
P949u



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ARNALDO PRIETO
Deputado Federal

UMA NOVA ETAPA NA VIDA DA ONU

Relatório sobre a 26ª Assembléia-Geral da ONU,
apresentado na Sessão de 26 de abril de 1972

NOTA:

O presente trabalho foi elaborado na 1ª quinzena de dezembro de 1971, antes do encerramento da 26ª Assembléia-Geral da ONU, mas já com o Congresso Nacional em recesso.

F
328.32
Pg 49 m

B0028141

O SR, ARNALDO PRIETO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, passamos a ler o relatório por nós elaborado, em dezembro do ano passado, relativamente à XXVI Assembléia-Geral das Nações Unidas, à qual comparecemos na condição de Observador Parlamentar brasileiro.

A Assembléia-Geral da ONU reúne-se anualmente na Cidade de Nova Iorque, instalando seus trabalhos na terceira terça-feira do mês de setembro.

A 26ª Assembléia-Geral teve seu início marcado por um clima de grande expectativa e pela certeza generalizada de que um novo período estava para começar na vida da Organização das Nações Unidas.

Duas etapas definem a vida da ONU até os nossos dias. A primeira estende-se da fundação até o início da década de 60. Caracterizou-se por uma influência quase dominadora dos Estados Unidos sobre a maioria das 51 Nações que assinaram a Carta de São Francisco. Tinham os Estados Unidos o apoio, praticamente permanente, das nações americanas. A Rússia era absolutamente minoritária na Assembléia-Geral. Dispunha quase só do poder de veto no Conselho de Segurança para defesa de seus interesses.

A segunda etapa, envolvendo a década de 60, foi marcada pela queda de influência da Inglaterra e da França e pelo ingresso de novas nações, aumentando para 127 o número de membros da Organização. Os Estados Unidos perderam a supremacia fácil. Surgiram as nações do Terceiro Mundo, em boa parte manipuladas pela Rússia. Nesse período, caracterizado pela instabilidade, destacou-se a atuação do Secretário-Geral U-Thant.

A terceira etapa da vida da ONU está, sem dúvida, sendo iniciada com a realização da presente Assembléia-Geral.

A 26ª Assembleia, com 127 países-membros, aprovou o ingresso de mais quatro (Barém, Butão, Catar e Omã), elevando-se, assim, para 131 o número de membros da ONU.

Na primeira parte dos trabalhos do plenário da Assembléia-Geral, dedicada ao debate geral, falaram 115 representantes de

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NUMERO	DATA
F227	14/9/73

países-membros. Compareceram neste período, além de outros representantes, um Vice-Presidente de República, um Primeiro Ministro e noventa e seis Ministros de Estado, sendo que noventa eram Ministros de Relações Exteriores de seus respectivos países.

Os representantes dos cinco países membros-natos do Conselho de Segurança foram seus Ministros de Relações Exteriores. Falaram, pois, pelos Estados Unidos o Secretário de Estado William Rogers; pela Rússia, o Ministro A. A. Gromyko; pela Inglaterra, o Secretário de Estado Sir Douglas-Home; pela França, o Ministro Maurice Schumann, e pela China o Ministro Chow Shu-Kai.

Durante esse período, mas fora do debate geral, falou também o Presidente do México.

O primeiro pronunciamento no Debate Geral cabe, por tradição, ao Brasil. O Chanceler Gibson Barboza definiu, à altura, o pensamento do Brasil em face dos grandes problemas do mundo de hoje, que ocupam a atenção daquela organização internacional. Foi um pronunciamento claro, franco e corajoso. Denunciou a política do Clube do Poder, que põe em risco um dos princípios básicos e fundamentais da Carta de São Francisco: "a igualdade e soberania dos Estados-membros". Falou sobre a urgência e importância de um completo e geral desarmamento. Chamou a atenção para a responsabilidade que os países ricos têm no processo de desenvolvimento dos países menos favorecidos, declarando que o Brasil está preparado para assumir as responsabilidades que lhe competem no tocante aos países de menor desenvolvimento relativo. Reafirmou os propósitos do Brasil de colaborar na obra de construção da paz mundial e abordou a necessidade de um ajustamento da ONU à nova realidade mundial, respeitados, porém, os princípios filosóficos e políticos de sua Carta.

Causou a melhor repercussão o discurso do nosso Chanceler, marcando a posição de grandeza e atualidade da política internacional do Brasil.

Os temas mais abordados durante o Debate Geral foram, entre outros, os seguintes: "problema da representação da República Popular da China"; "diminuição da tensão na Europa, com acordos sobre Berlim"; "guerra no Oriente Próximo, envolvendo Israel e Países Árabes"; "guerra da Indochina"; "tensões entre Paquistão e Índia"; "crise do dólar e o estabelecimento da sobretaxa de 10% sobre importações americanas"; "discriminação racial"; "desarmamento mundial"; "territórios portugueses na África", além do tema geral sobre "desenvolvimento económico e social".

A China foi uma das signatárias da Carta de São Francisco de 1945 e, na condição de grande potência, passou a ocupar um

dos cinco lugares de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Participava a China do clube dos poderosos de então, que buscava o congelamento da estrutura do poder, surgida com a vitória da guerra de 1939-45.

As Nações Unidas traziam, no seu início, a marca de uma Aliança de Nações destinada a responder à agressão das Potências do Eixo. Aliás, o nome de Nações Unidas fora concebido pelo Presidente Franklin Delano Roosevelt e, pela primeira vez, empregado na Declaração de 1º de janeiro de 1942, através da qual os representantes de 26 nações se comprometiam a prosseguir na luta contra a Alemanha, o Japão e a Itália.

Quando o regime comunista dominou a China Continental, viu-se o Governo de Chiang Kai-Shek forçado a se transferir para a Ilha Formosa.

Formosa era habitada por uma população de origem chinesa, mas com características já marcadamente próprias. Calcula-se que, dos seus 14 milhões de habitantes, 12 milhões sejam originários da própria ilha e os restantes 2 milhões tenham vindo do continente.

Instalou-se Chiang Kai-Shek na Ilha, na esperança de retomar o poder sobre a China Continental. Continuou afirmando, e continua até hoje, a existência de uma só China e de seu direito de governo sobre o território da China Continental. Esta política recebeu o apoio dos Estados Unidos, que ajudou o seu aliado no estabelecimento de uma poderosa base armada na Ilha de Formosa.

O regime comunista assumiu o Governo da China no dia 1º de outubro de 1949, quando em Nova Iorque realizava-se a 4ª Assembleia Geral das Nações Unidas, com a participação do Governo de Chiang Kai-Shek. Não foi considerada, pelas Nações Unidas, a pretensão do Governo de Mao, expressa logo após sua posse, de participar da ONU como representante da China.

O mais longo debate da ONU — o debate sobre a China — foi iniciado há mais de vinte anos, quando a Rússia propôs no Conselho de Segurança a expulsão da "Camarilha de Kuómintang" em janeiro de 1950. Durante a década de 50, Rússia e Índia continuaram propondo o ingresso da representação de Pequim, com a expulsão da de Taiwan.

A participação de forças da China Comunista na Guerra da Coreia contra forças americanas que lutavam em nome das Nações Unidas, permitiu que os Estados Unidos provassem a falta de um requisito importante da Carta de São Francisco para o ingresso da República Popular da China na ONU: ser um Estado amante da paz.

O número de defensores da participação da China Comunista na ONU, inicialmente pequeno, foi aumentado gradativamente. Em 1961, os Estados Unidos propuseram um tratamento diferente: passou a ser considerada "questão importante" a substituição da representação de Taiwan pela de Pequim. Assim, seriam necessários 2/3 dos votos da Assembleia, para que fosse aceita a substituição da representação chinesa. A partir de 1963, a Albânia passou a liderar o debate a favor da China de Mao Tsé-Tung.

Em 16 de outubro de 1964, ingressou a China Comunista no clube das potências atômicas, com a explosão de sua primeira bomba atômica e, curiosamente, no ano seguinte a proposta de admissão da China Continental alcançou um empate com 47 votos a favor, 47 contra e 20 abstenções na 20ª Assembleia-Geral da ONU.

Nos anos seguintes, decaiu, percentualmente, o apoio ao ingresso da China Comunista; mas na Assembleia-Geral do ano passado, no dia 21-11-1970, a proposta de ingresso da China Comunista obteve maioria na votação com 51 votos a favor, 49 contra e 25 abstenções. Não foi, entretanto, admitido o seu ingresso na ONU, por não ter alcançado os 2/3 exigidos pela "questão importante", anteriormente aprovada por 66 votos contra 52 e 7 abstenções. Definia-se nitidamente uma tendência na composição das forças que integram as Nações Unidas relativamente à representação chinesa.

Mais cedo ou mais tarde, a China Comunista teria seu ingresso aprovado na ONU.

Já obtivera a China uma vitória, quando, através do tratado de não proliferação das armas atômicas, recebera o prazo até 1º-7-67 para ser reconhecida como potência militarmente atômica.

No verão deste ano de 1971, os Estados Unidos surpreenderam o mundo, no espaço de um mês, com dois anúncios da maior importância: a visita do Presidente Nixon a Pequim e as providências para defesa contra a desvalorização do dólar. Buscava o Governo Nixon, através dessas providências, enfrentar uma situação que estava atingindo profundamente a vida norte-americana e que teria, sem dúvida, reflexos nas eleições presidenciais de 1972.

A causa principal, que levava a uma alteração de comportamento no campo da política internacional, era a mesma que levava às drásticas providências no campo econômico-financeiro: a guerra do Vietname.

Abriram-se, pois, os debates da 26ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU com as atenções gerais voltadas para o problema da representação da China.

A Albânia, repetindo iniciativa dos anos anteriores, apresentou proposta para a "restituição dos legítimos direitos da República

Popular da China", com a "imediate expulsão dos representantes de Chiang Kai-Shek do posto que ocupam ilegalmente nas Nações Unidas e em todos os organismos com ela relacionados".

Os Estados Unidos propuseram, também, o direito de representação da China Comunista com a ocupação de seu lugar como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, mas mantendo a representação da China de Formosa na ONU. Propuseram igualmente que, de acordo com o Artigo 18 da Carta, fosse considerada questão importante qualquer projeto da Assembleia-Geral que resultasse em impedir a República da China de participar das Nações Unidas. Desta forma, a expulsão da representação de Formosa só se daria se alcançasse dois terços dos votos dos membros presentes e votantes.

A aprovação, pois, do ingresso da representação da China Comunista, inclusive como membro permanente do Conselho de Segurança, era pacífica.

Invocava a proposta americana o realismo político que devia imperar na decisão sobre tão importante matéria: de um lado tornava-se necessária a participação de uma potência nuclear de mais de 750 milhões de habitantes na vida e nos trabalhos da Organização das Nações Unidas e, de outro, não se podia aceitar a expulsão da China de Formosa, que, além de signatária da Carta de São Francisco e representante de uma população de 14 milhões de habitantes, fora durante 26 anos fiel cumpridora dos seus compromissos perante a ONU. Mais de 2/3 dos demais países-membros possuem população numericamente inferior à de Formosa.

Os debates sobre este item da agenda prolongaram-se por 10 sessões plenárias da Assembleia-Geral. Argumentavam os defensores da proposta encabeçada pela Albânia que se tratava de uma questão interna da China, pois tanto o Governo de Pequim como o de Taiwan proclamavam a existência de uma só China. Contra-argumentavam os defensores da proposta assinada pelos norte-americanos o perigoso antecedente que se estabeleceria com a expulsão de um país-membro e com as tensões que esta decisão provocaria no Extremo-Oriente.

Os campos definiram-se: a Albânia, de um lado, agressiva e com o apoio dos pronunciamentos de várias nações, especialmente as africanas; os Estados Unidos, de outro lado, lutando por sua proposta, com grande parte dos seus aliados em silêncio. Mais silenciosa, entretanto, era a posição da Rússia, que parecia apoiar, a contragosto, a proposta albanesa.

A representação norte-americana, especialmente o Embaixador George Bush, fez o que lhe foi possível para vencer a batalha. Pagou, no entanto, o preço da derrota, por decisões unilaterais dos

Estados Unidos, tomadas de forma apressada, sem a preparação a longo prazo que exigiria matéria de tal natureza.

Chegado o dia da votação, propôs a Arábia Saudita o seu adiamento para o dia seguinte, a fim de que as delegações pudessem examinar não só a proposta da própria Arábia Saudita, apresentada dias atrás, como também estudar a proposição que poucos minutos antes a Tunísia apresentara ao plenário.

Esta interferência da Arábia Saudita foi interpretada como uma manobra protelatória, favorável aos Estados Unidos, uma vez que os partidários da proposta albanesa estavam certos da vitória numa votação que se procedesse naquele mesmo dia.

Submetida à votação, a proposta de adiamento foi derrotada por 56 votos a 53 e 19 abstenções. Era já um prenúncio do que aconteceria dentro de algumas horas . . .

A proposição albanesa tinha precedência sobre as norte-americanas, por ter sido apresentada em primeiro lugar. Entretanto, um dos projetos de resolução dos Estados Unidos era relativo ao procedimento que deveria ser definido antes das questões de mérito. Obtiveram os norte-americanos precedência para a sua proposta de procedimento por 61 votos contra 56 e 19 abstenções.

Em seguida, entrou em votação a proposta sobre a "questão importante" e o resultado foi 55 votos a favor, 59 contra e 15 abstenções.

Numa última tentativa para evitar a expulsão da representação do Governo de Taiwan, pretenderam os norte-americanos, em vão, o desdobramento da proposta albanesa em duas partes: uma referente à admissão da representação de Pequim e outra à expulsão da representação de Taiwan. Submetida a votos, a proposta americana caiu por 61 votos contra 51 e 16 abstenções.

Estava, nessa altura, selada a sorte da representação do Governo de Chiang Kai-Shek. A delegação desse Governo, chefiada pelo Chanceler Chow, após breve pronunciamento, retirou-se do plenário.

A análise dos votos dados à "questão importante" revela alguns aspectos interessantes: dos 55 votos obtidos, favoráveis à "questão importante", 18 foram dados pelos países latino-americanos. Votaram contra apenas Cuba, Chile, Equador, Guiana, Peru e Trinidad-Tobago.

Dos países tradicionais aliados dos Estados Unidos, poucos o acompanharam na votação. Inglaterra, Bélgica, Canadá, Itália, Holanda e Turquia, entre outros, alteraram seus votos do ano passado para cá. Dos 10 países do Mercado Comum Europeu, ape-

nas Luxemburgo votou com os norte-americanos. Dos 13 integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte, apenas Grécia, Portugal e Luxemburgo permaneceram favoráveis à definição da "questão importante".

Estes fatos revelam, por si só, um novo quadro de composição de forças, muito diferente daquele do após-guerra de há 25 anos.

Após a votação da "questão importante", entrou em processo de votação a proposição da Albânia, obtendo 76 votos a favor, 35 contra e 17 abstenções. Alguns votos provocaram manifestações de surpresa na Assembleia, como os de Portugal e Israel, ambos favoráveis à expulsão de Formosa.

A derrota pareceu surpreender os norte-americanos.

A reação do Governo, dos representantes do povo no Congresso e da imprensa revelou que esperavam, ainda desta vez, vencer a batalha da representação chinesa na ONU. A impressão foi de que, de um momento para outro, desfez-se um grande mito: Os Estados Unidos não tinham no mundo o poder que imaginavam. Reações de inconformismo passaram a brotar no Congresso norte-americano. Falou-se até no corte das contribuições voluntárias dos Estados Unidos ao Orçamento da ONU. Parecia que esta nova tomada de consciência provocava em alguns meios o avivamento de um neo-isolacionismo. Perdiam os norte-americanos, em parte, seu entusiasmo pela ONU, que, de resto, em certos momentos graves, fora marginalizada pelos próprios norte-americanos, com decisões da mais alta importância tomadas unilateralmente e fora dela.

Foi lembrado o fato de que o Congresso norte-americano não chegou mesmo a aprovar o ingresso dos Estados Unidos na Liga das Nações, apesar do interesse do Presidente Woodrow Wilson na constituição daquela Organização.

Chegou-se a lembrar, também, o fato de que os Estados Unidos só entraram na guerra contra as potências do Eixo, após sofrerem agressão de uma delas, apesar do esforço do Presidente Franklin Delano Roosevelt para que os Estados Unidos participassem desde logo, ao lado da França e da Inglaterra, na luta contra a Alemanha, Itália e Japão.

Logo após a decisão da ONU, o Congresso norte-americano rebelou-se contra a ajuda externa, especialmente pela forma como vinha sendo realizada.

Os Estados Unidos saíram do episódio, perante a opinião pública, efetivamente derrotados pela expulsão da ONU de um dos seus mais tradicionais e leais aliados. Caiu-lhes, ainda sobre os ombros uma nova responsabilidade: reconheceu a < que o

único representante da China é o Governo de Pequim. O problema de Taiwan passou, assim, pelo voto da ONU, a ser um problema interno da China. Esta, certamente, mais cedo ou mais tarde, tentará exercer os seus direitos sobre a Ilha, com o que estará pondo em xeque perante o mundo a lealdade americana.

Falamos em derrota dos Estados Unidos. Na realidade, parece-nos que a grande derrotada foi a Rússia. Sua diferença com a China não é apenas de ordem ideológica no mundo comunista, mas fundamenta-se ainda em tradicionais questões de divergências sobre fronteiras entre os dois países.

A Rússia não será mais a líder única do mundo comunista na Organização das Nações Unidas; sua liderança será dividida com a China. E entre elas certamente surgirão novos problemas no futuro.

Os pronunciamentos dos representantes da Albânia, de certa forma porta-vozes da grande ausente que era a China de Mao, deixam antever o que será o comportamento da China Comunista. Os ataques da Albânia na ONU dirigem-se, quase de igual forma, ao "imperialismo capitalista americano" e ao "social imperialismo russo". Corria até mesmo a versão de que, passada a primeira emoção dos resultados da votação, começavam os norte-americanos a gozar a derrota e os russos a amargar a vitória . . .

A grande questão que se levanta é sobre o comportamento que a China terá como membro da ONU. Terá ela um comportamento responsável e amadurecido ou tentará transformar a ONU em palco de agitação internacional, de intranquilidade e de promoção de uma política de subversão nos países democráticos ?

Não acreditamos que o simples ingresso da China Comunista na maior organização internacional mude substancialmente o comportamento dessa Nação, calcado em princípios ideológicos que reclamam a implantação do comunismo pelas vias ao seu alcance em qualquer parte do mundo. Acreditamos, sim, em uma acomodação tática, que lhe permita consolidar uma posição de liderança, dividindo em três partes aquele comando que, até agora, era dividido entre os Estados Unidos e a Rússia. Aliás, as primeiras notícias vindas de Pequim dão conta do que poderá ser o desdobramento futuro do comportamento chinês. Uma declaração do governo, distribuída aos correspondentes estrangeiros em Pequim, estima que "os assuntos de um país devem ser decididos pelo povo desse país; os assuntos mundiais devem ser decididos por todos os povos do mundo e os assuntos da ONU devem ser decididos por todos os países-membros dessa Organização, em comum". Está nítida a distinção entre assuntos nacionais, assuntos mundiais e assuntos

da ONU. Para os assuntos mundiais certamente não existirão fronteiras e guerra revolucionária poderá continuar a ser exportada.

A 26ª Assembléia-Geral ficará na história da ONU como um marco definidor de uma nova etapa em sua vida.

Ingressou nas Nações Unidas a representação da China Continental, que tem praticamente 1/4 da população mundial. A ONU é, por isto, mais representativa do mundo de hoje. Terá, certamente, uma vida mais tumultuada. Talvez não seja o mundo com que sonhamos, mas é o mundo real de nossos dias. Esperamos que esse realismo ajude a assegurar uma relativa paz entre os povos.

A representação brasileira teve comportamento à altura das nossas tradições. Protestou o Chanceler Gibson Barboza, na abertura do debate geral, pela forma com que o problema da representação da China estava sendo conduzido e o fez com veemência, com clareza e lealdade. Votou o Brasil a favor da "questão importante", apoiando a proposta norte-americana. Votou contra a proposta da Albânia, pois ela implicava na expulsão da representação de um governo com o qual mantínhamos relações diplomáticas. Nenhum outro comportamento poderia ser adotado pela representação brasileira. Não podemos aceitar, mesmo no campo da política internacional, uma atuação contrária aos princípios éticos e morais. Além de sabermos que o caminho da subversão em nosso País passa também por Pequim, não podíamos abandonar o nosso pequeno aliado de tantos anos para nos colocarmos bem com o "grande novo" que estava sendo admitido.

Algumas representações, porém, não procederam da mesma forma que o Brasil, certamente impressionadas pela açonada aproximação dos Estados Unidos com a China Comunista, pelas viagens do Sr. Henry Kissinger e pela anunciada visita de Richard Nixon a Pequim. Oito países que mantinham relações com Formosa votaram por sua expulsão da ONU. Aliás, dificilmente poderia o Embaixador George Bush obter outro resultado em face das ações antecedentes do Governo norte-americano. No dia mesmo da votação da questão da China, encontrava-se em Pequim o Sr. Henry Kissinger. Era o final quase de uma escalada de providências, em que tudo se fazia para preparar a aproximação dos Estados Unidos com a China. Nem mesmo relações diplomáticas ainda mantinham e já marcavam uma visita presidencial. Esse comportamento apressado deixou inquietos outros países, que não tendo um Kissinger para mandar a Pequim, nem o poder de negociação dos norte-americanos, e marginalizados de consultas sobre as negociações entre os Estados Unidos e a China, preferiram, desde logo, abrir a porta da frente à nova superpotência, mesmo

que para isto tivessem que expulsar o país amigo que perdeu o *status* de grande potência.

O Sr. Dayl de Almeida -- Nobre Deputado, reservei-me até este momento quanto à conveniência de apartear-lo, porque estava atento às palavras corajosas, positivas e patrióticas que V. Exa. vem pronunciando relativamente às suas observações junto à Organização das Nações Unidas. Não quero discutir os conceitos, que louvo, expendidos por V. Exa., porque não fui Observador a essa Assembleia, mas desejo, ainda uma vez, nesta oportunidade, lamentar que uma Assembleia Internacional que se fundamenta no princípio da igualdade jurídica entre as nações mantenha em seu conjunto um grupo de Estados privilegiados, com direito a veto, agora com uma China vermelha, a substituir um velho aliado das Nações fundadoras da própria ONU.

O SR. ARNALDO PRIETO — Agradecemos a contribuição do nobre Deputado Dayl de Almeida.

A República Popular da China ingressou na ONU em posição privilegiada. Soube aguardar e venceu. Impôs condições e estas foram atendidas. A acusação de não ser um Estado amante da paz parece ter caído, quando ingressou no clube fechado das potências atômicas.

Analisando os trabalhos da 26ª Assembleia Geral da ONU, chegamos facilmente à constatação das profundas modificações da estrutura do poder do mundo de hoje. Está ruindo o mundo de após-guerra. Foi tentada a sua manutenção, rígida e artificialmente, através do congelamento do poder dos que lideravam o mundo há 25 anos.

Cinco eram os grandes do mundo de 1946: os Estados Unidos, a Inglaterra, a Rússia, a França e a China. Grande a distância entre eles e os demais aliados. Neste 1/4 de século, porém, novas potências surgiram no cenário internacional. Os vencidos de ontem, recuperados da derrota, não mais se transformaram em potências militares, mas voltaram a desempenhar forte liderança como potências econômicas e altamente industrializadas, com a vantagem de não terem o ônus e as responsabilidades da manutenção de um mecanismo de defesa militar. Novas potências médias estão surgindo, consolidando suas posições nos diversos Continentes. Dezenas de novas nações alteraram a composição do quadro político da ONU. Iniciada com 51 fundadores, conta hoje com 80 nações a mais. A maioria fácil, com que contavam os Estados Unidos, foi-se tornando cada vez mais difícil. A minoria de nações que seguia a liderança da Rússia cresceu. O mundo comunista se expandiu consideravelmente e hoje sua lide-

rança é dividida entre a Rússia e a China, tentando esta assumir ainda a liderança da terceira força, que tem um conceito mais amplo do que o do terceiro mundo.

A estrutura do Conselho de Segurança e de outros mecanismos da ONU está ultrapassada pela realidade; está a exigir uma revisão. Os grandes de hoje já não são mais apenas cinco e nem a distância entre os grandes e os médios é a mesma de há 25 anos. Devem ser encontradas novas formas de expressão e de controle do poder, para que ele se exerça em benefício da paz.

Não vemos razões para que países como o Japão, a Itália, o Brasil, o México, o Egito, a Índia e a Indonésia não participem daquele Conselho como membros permanentes. Também a Alemanha deveria estar presente, não só nas Nações Unidas, como no próprio Conselho de Segurança. Cada um desses países representa por si só ou pelas circunstâncias históricas ou regionais um poder que não pode ser ignorado nas grandes decisões sobre os destinos da humanidade.

A concentração do poder nas mãos de uns poucos países que formam o fechadíssimo clube atômico e que tudo procuram decidir, deixando os demais na condição de expectadores da história do mundo de hoje, exige um especial registro de nossa parte. Mas não podemos também deixar de assinalar a proliferação de pequenos membros das Nações Unidas, de tal sorte que, somada a população da maioria dos pequenos Estados, encontraremos 4% da população mundial em condições de dominar teoricamente a Assembleia-Geral da ONU. Uma ocorrência desta natureza enfraqueceria não só a Organização como a necessidade do princípio da igualdade soberana dos Estados-membros.

A importância política da África, pelo número de novas nações que lá surgiram nos últimos anos, é um fato que deve merecer nossa permanente atenção. Um dos principais caminhos para o poder político no seio das Nações Unidas passa pela África.

Fora da ONU encontram-se ainda os países divididos: a Alemanha, o Vietname e a Coreia. A Suíça até hoje não teve interesse em participar da ONU e a Rodésia também está fora.

A presença da República Popular da China virá, em nosso entender, precipitar mais alguns problemas mundiais, obrigando as grandes potências a novos reajustamentos de posições. Certamente, o conservadorismo dos entendimentos entre a Rússia e os Estados Unidos será sacudido. Convém, aliás, lembrar algumas questões em que os dois grandes se entendem, contra os interesses dos países em desenvolvimento: mar territorial, fundo do mar preservação do meio ambiente, utilização dos recursos naturais, desenvolvimento e não proliferação das armas nucleares e política espacial.

Um dos mais graves problemas que a ONU está enfrentando atualmente é a sua situação financeira, que foi qualificada pelo *Secretário-Geral U-Thant* como deficitária e cada vez mais inquietante, que projeta uma sombra ameaçadora sobre a vida da *Organização*". Disse ainda mais o *Secretário-Geral*: "Em poucas palavras, as Nações Unidas, depois de dez anos ou mais de financiar as operações de manutenção da paz com *déficit*, devem em breve enfrentar uma situação de *bancarrota*".

O *Sr. Chaves Amarante* — Nobre Deputado Arnaldo Prieto, ouço, com interesse inusitado, V. Exa. proceder à leitura do relatório sobre as atividades da ONU, no período em que ali esteve atuando como Observador, representando a Câmara dos Deputados. Quero congratular-me com V. Exa., porque não se trata de um simples relatório. V. Exa. o enriquece com suas críticas de Observador preocupado com as fundamentais questões de interesse do mundo moderno. Feliz foi a sua escolha para desempenhar aquelas funções, nas quais se houve com bastante proveito. Hoje V. Exa. dá bem prova do merecimento que tem. Aliás, V. Exa. não nos surpreende, porque se tem caracterizado pela seriedade e devoção no exercício de todas as missões que já lhe foram delegadas. V. Exa. também destaca, com inteira oportunidade, a magnífica atuação da representação diplomática brasileira, cujos agentes em nossas relações internacionais são acreditados pelo alto gabarito, grande expressividade e profundo conhecimento que possuem dos nossos problemas e de sua interação com os das demais nações do mundo. Parabéns a V. Exa.

O SR. ARNALDO PRIETO — Agradecemos a sua manifestação, nobre Deputado Chaves de Amarante, certamente mais partida de seu coração de amigo do que propriamente pelo merecimento da exposição que estamos fazendo.

O *Sr. Célio Borja* -- Desejo congratular-me com V. Exa. pelo excelente discurso que está pronunciando. Penso que a política externa, que andou tão distante das preocupações do Congresso durante tanto tempo, volta a ser um tema versado com proficiência pelo Parlamento, e V. Exa. dá disto uma demonstração, a meu ver, cabal neste momento. Mas gostaria também de realçar uma afirmação do discurso de V. Exa. É que os caminhos do poder mundial passam hoje pela África. Ao fazer tal asserção, V. Exa. demonstra que o seu discurso se fundamenta nas mais sadias bases de realismo e *autenticidade*. Não hesita em fazer uma afirmação que, por certo, não é familiar ao espírito de muitos observadores da política internacional. Mas ela tem extrema importância para o Brasil, pois é dos países do novo mundo aquele que assimilou

contingente mais numeroso de população africana, que tem raízes africanas na sua cultura, na sua etnia e está hoje, em razão do seu processo de industrialização, da sua posição geográfica, da sua pujança econômica, em condições de dialogar com uma parte representativa dos países da África, que se constitui num trecho do caminho para o poder. V. Exa. está de parabéns. Está de parabéns esta Casa, que teve na *Assembléia-Geral das Nações Unidas* um observador diligente, inteligente e capaz de transmitir aos seus pares informações preciosas para futuras deliberações.

O SR. ARNALDO PRIETO — Muito grato, nobre Deputado Célio Borja.

O *Sr. Sales Filho* — Devo-me ater ao preceito regimental de ser breve. V. Exa., Deputado Arnaldo Prieto, está proferindo um dos pronunciamentos mais importantes que tenho ouvido na minha longa vida parlamentar. Há um prazer especial no coração dos brasileiros que ouvem V. Exa. Pouco importa que o nosso plenário não esteja repleto. Nossos companheiros, certamente, estão afeitos a outros trabalhos parlamentares nas Comissões. V. Exa. focaliza o problema muito mais como depoente, do que como observador que, com todo o apanágio do Rio Grande do Sul, cavalheiresco, fidalguesco, para aqui veio representando um dos principais tugúrios da nossa terra. V. Exa. evoca um episódio que justifica, por si só, tudo que é criticado por aí em fora, ou seja, a suprema necessidade do Parlamento nacional. Com sua qualificação de Deputado brilhante e, mais do que isso, com seu alamar de integrante da Executiva nacional da ARENA, vem V. Exa. pedir atenção da Casa para um episódio que foge daquele minúsculo problema da praça da matriz de um lugarejo provinciano, para alçar-se ao panorama universal de que hoje o Brasil faz parte. V. Exa. encheu de alegria o coração de todos os brasileiros, ao mostrar que o Brasil, com o Presidente Mediei, está em condições de disputar seus direitos, reivindicados há séculos, de fazer a sua voz ouvida. Remontando ao Presidente Wilson, V. Exa. chamou a atenção para um problema que foge ao âmbito do nosso Plenário, embora representemos a Nação, e que deve ser transmitido à suprema consideração das mais altas autoridades do País. Portanto, a fala de V. Exa. deve ser entendida como uma lição cristalina, sintética, positiva do direito de o Brasil ser ouvido pelas grandes potências, entre as quais nos incluímos por obra e graça da Revolução de 1964.

O SR. ARNALDO PRIETO -- Muito grato, nobre Deputado Sales Filho. Recebemos a sua manifestação como uma homenagem ao nosso Estado.

Sr. Presidente, encerrando a análise da situação financeira da ONU, direi que várias são as causas desta situação. Mais grave, entretanto, é a crescente situação dos países-membros de pagarem com atraso as suas contribuições. No ano passado, apenas 68,8% das contribuições básicas foram pagas até o fim do ano. Os Estados Unidos pagam pontualmente a sua quota, que é de 31,57% do Orçamento da ONU. A quota da Rússia é de 14,61%; a do Brasil 0,89%, inferior à da Argentina, que é de 0,93%. As contribuições norte-americanas, em um quarto de século da ONU, atingiram US\$ 3,8 bilhões, o que corresponde a 41% ao total das contribuições recebidas pela ONU. Este é um aspecto muito grave. A ONU está numa dependência financeira muito grande de um só país. Um problema político interno nos Estados Unidos poderá, amanhã ou depois, ter consequências fatais para a ONU.

Outro aspecto considerável das finanças da ONU são as contribuições voluntárias para os diversos fundos, especialmente para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. O Brasil tem sido grande beneficiário dos empréstimos desses fundos, razão pela qual o valor da contribuição brasileira e o seu pagamento em dia são da maior importância para o nosso País. Essa importância tende a crescer na medida em que o nosso desenvolvimento se acelerar e sairmos de potência média rumo a grande potência.

Ao encerrarmos este relatório, fazemos uma referência especial à atuação da Delegação Brasileira junto à ONU. Participamos — o eminente Senador Nelson Carneiro e eu — de todas as reuniões reservadas de trabalho da Delegação. Na primeira delas, ouvimos, com satisfação, o Ministro Gibson Barboza, num gesto altamente significativo, dizer que não haveria assunto reservado nem secreto para os observadores parlamentares, e que os arquivos da Missão estavam à nossa disposição.

Encontramos uma permanente colaboração e uma especial atenção do Chefe da Delegação, o eminente Embaixador Sérgio Armando Frazão, ao mais modesto funcionário junto à Missão.

Convivemos, durante mais de um mês, com uma equipe qualificada e altamente especializada, inteiramente voltada para sua enorme tarefa de bem representar e defender os interesses brasileiros junto à maior organização internacional do mundo. Voltamos para o nosso País mais confiantes, porque pudemos sentir que os homens do Itamarati estão não só à altura da nossa política internacional, como trabalhando árdua e entusiasmadamente para receberem, o quanto antes, as pesadas responsabilidades de agentes de uma grande potência no exterior.

Desejamos, finalmente, registrar os pronunciamentos do Embaixador Frazão feitos na Segunda e na Primeira Comissão, respectivamente nos dias 8 e 25 de outubro, sobre "Desenvolvimento Económico e Expansão no Mundo de Hoje", "O Conceito de Segurança Económica Coletiva" e "Fortalecimento da Segurança Internacional, Novos Rumos para a Ação Diplomática". Foram dois discursos de singular significação, que contribuíram decisivamente para prestigiar a atuação da representação brasileira.

Cumprimos, ainda, o agradável dever de registrar a nossa participação nessa memorável e histórica 26ª Assembléia-Geral da ONU, em companhia do ilustre Senador Nelson Carneiro. S. Exa. soube condignamente representar o Senado Federal. Não éramos representantes de dois partidos diferentes na Delegação Brasileira. A nossa causa era uma só: a do Brasil! (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)